

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 023ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JULHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Carlos Simões.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 507/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/2002, que estabelece Lei Orgânica de Estatuto dos Auditores e Fiscais da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 507/2002

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A presente lei complementar estabelece, em conformidade com o § 9º do artigo 33 da Constituição Estadual, a organização e as atribuições da carreira de auditor fiscal da Coordenação da Receita do Estado, decorrentes da alteração da carreira de agente fiscal, a que se refere a Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 2º - O auditor fiscal da Coordenação da Receita do Estado tem assegurada a privatividade das atividades de coordenação, programação e exercício da Tributação, da Arrecadação e da Fiscalização (TAF) dos tributos estaduais e delegados, sendo a carreira considerada, para todos os efeitos legais, exclusiva de Estado.

Capítulo II

Das Garantias e Atribuições

Seção I

Precedência da Coordenação da Receita do Estado

Art. 3º - A Coordenação da Receita do Estado e os seus auditores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência a circunscrição, precedência sobre os demais setores administrativos.

Art. 4º - A Coordenação da Receita do Estado deverá ser informada pela autoridade pública acerca de fatos que envolvam assunto de natureza ou de interesse tributário.

Seção II

Da Competência do Auditor Fiscal

Art. 5º - Ao auditor fiscal competente, privativamente:

I - a constituição do crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

II - o julgamento do processo fiscal em primeira instância administrativa, em caráter exclusivo, e em, segundo instância, como representante da Fazenda Pública Estadual no Corpo Deliberativo do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, conforme dispuser a lei;

III - o exercício da função de representante da Secretaria de Estado da Fazenda, no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, conforme dispuser a lei;

IV - o exercício das demais funções inerentes à Tributação, Arrecadação e Fiscalização de tributos estaduais e delegados;

V - a requisição, o acesso e o uso de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas, quando houver procedimento de fiscalização em curso e quando os exames forem considerados indispensáveis, em conformidade com legislação específica, que estabelecerá procedimentos para preservar o sigilo das informações obtidas.

Seção III

Do Quadro de Pessoal

Art. 6º - O quadro especial da Coordenação da Receita do Estado é integrado pelos cargos de provimento efetivo e em comissão.

§ 1º - A lotação das unidades administrativas da Coordenação da Receita do Estado é regulada por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2º - Entende-se por lotação da unidade administrativa o número de auditores fiscais que nela deva ter exercício.

Seção IV

Cargos de Provimento Efetivo

Art. 7º - A carreira de auditor fiscal da Coordenação da Receita do Estado é composta de um mil, seiscientos e cinquenta e seis cargos de provimento efetivo organizados em nove classes, com vencimentos estabelecido no Anexo I desta Lei Complementar, assim identificadas:

I - Auditor Fiscal "A" - AF-A;

II - Auditor Fiscal "B" - AF-B;

III - Auditor Fiscal "C" - AF-C;

IV - Auditor Fiscal "D" - AF-D;

V - Auditor Fiscal "E" - AF-E;

VI - Auditor Fiscal "F" - AF-F;

VII - Auditor Fiscal "G" - AF-G;

VIII - Auditor Fiscal "H" - AF-H;

IX - Auditor Fiscal "I" - AF-I.

Parágrafo Único - A carreira será iniciada na classe de Auditor Fiscal "A" (AF-A) e encerrada na classe de Auditor Fiscal "I" (AF-I).

Art. 8º - O provimento dos cargos efetivos de auditor fiscal será privativo de pessoas com grau de instrução superior.

Art. 9º - Para efeito desta lei:

I - cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor da Coordenação da Receita do Estado, identificando-se pelas características, denominação e quantidade prevista nesta lei;

II - classe é o conjunto de cargos com vencimento fixado segundo o nível de qualificação e tempo de serviço, constituindo os degraus de ascensão na carreira.

Art. 10 - A lei que promover alteração nos valores do vencimento, constantes do Anexo I desta lei, deverá manter a proporcionalidade estabelecida entre o vencimento de uma classe para outra.

Seção V

Cargos de Provimento em Comissão

Art. 11 - Os cargos de provimento em comissão destinam-se a atender encargos de gerência, chefia ou assessoramento.

§ 1º - A nomeação para provimento de cargos em comissão será de escolha do Chefe do Poder Executivo dentre os servidores da carreira de auditor fiscal, exceto o de consultor técnico.

§ 2º - os cargos em comissão privativos da carreira de auditor fiscal serão providos por servidores em efetivo exercício com, no mínimo, cinco anos na carreira, e que tenham sido aprovados em curso específico para o cargo, promovido ou supervisionado pelo órgão encarregado do treinamento.

§ 3º - O acesso ao curso a que se refere o parágrafo anterior será garantido a todo auditor fiscal que tenha cumprido o estágio probatório.

§ 4º - A participação dos servidores no curso previsto no parágrafo 2º deste artigo não importa na obrigatoriedade de sua nomeação.

Art. 12 - Integram a estrutura da Coordenação da Receita do Estado oitenta e nove (89) cargos de provimento em comissão, assim distribuídos:

I - um cargo símbolo "A", atribuído ao Diretor;

II - nove cargos de símbolo “B”, atribuídos a inspetores gerais, chefes de assessoria, chefe de auditoria e presidente do Conselho Superior dos auditores fiscais;

III - quarenta e três cargos de símbolo “C”, atribuídos a delegados regionais, assistentes técnicos e, até o limite de cinco, a consultores técnicos;

IV - trinta e seis cargos de símbolo “D”, atribuídos a assessores de resultados e auxiliares técnicos.

Parágrafo Único - Ao auditor fiscal que tenha sido nomeado para um dos cargos em comissão, de símbolo A ou B, será assegurado o direito de não executar serviços de fiscalização de mercadorias em trânsito, nos primeiros doze meses da sua exoneração.

Art. 13 - Os ocupantes dos cargos em Comissão de que trata o artigo anterior farão jus ao vencimento correspondente ao símbolo do cargo que ocupam, conforme tabela constante do Anexo II desta lei.

Parágrafo Único - A lei que alterar os valores constantes do Anexo II desta lei deverá manter a proporcionalidade estabelecida entre o vencimento de um símbolo para outro.

Art. 14 - As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão são definidas em ato do Poder Executivo.

Seção VI

Função Gratificada

Art. 15 - A função gratificada, vantagem acessória ao vencimento do auditor fiscal, conforme tabela constante do Anexo III desta Lei Complementar, será atribuída pelo exercício de suas atividades específicas, conforme disposto no Regimento Interno da Coordenação da Receita do Estado, que estabelecerá a competência para designar o auditor fiscal que irá exercê-la, cabendo ao chefe do Poder Executivo a regulamentação e a classificação das funções gratificadas, com base, entre outros, nos princípios de hierarquia funcional, analogia das funções, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições.

Capítulo III

Divisão Administrativa

Art. 16 - O território do Estado do Paraná, para efeitos de tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais e delegados, será dividido em regiões.

Parágrafo Único - As regiões e circunscrições serão criadas, alteradas, agrupadas, subsidiadas, classificadas ou extintas por ato do Secretário de Estado da Fazenda, com base na arrecadação, população, número de contribuintes, valor adicionado e volume de trabalho.

Art. 17 - O secretário de Estado da Fazenda é a autoridade competente para criar, regulamentar, classificar e extinguir as unidades administrativas da Coordenação da Receita do Estado

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Capítulo I

Provimento e Perda do Cargo

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 18 - Os cargos da carreira de auditor fiscal serão providos por:

I - nomeação;

II - reintegração.

Seção II

Da Nomeação

Art. 19 - A investidura no cargo de auditor fiscal dependerá da habilitação em curso público na forma da Seção III.

Art. 20 - A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, mediante concurso público para a classe inicial, denominada “Auditor Fiscal A”;

II - em comissão, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

Parágrafo Único - No impedimento legal do ocupante do cargo em comissão será designado, por ato do Secretário de Estado da Fazenda, um auditor fiscal para substituí-lo.

Art. 21 - Será nomeado para o cargo de auditor fiscal quem preencher os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro;

II - ter sido aprovado em concurso público para a carreira de auditor fiscal;

III - haver cumprido as obrigações militares;

IV - estar em gozo dos direitos políticos;

V - ter boa conduta;

VI - possuir grau de instrução superior completo;

VII - gozar de saúde mental, comprovada em inspeção médica;

VIII - gozar de saúde física adequada ao exercício do cargo, conforme disposto no edital, comprovada em inspeção médica;

IX - não ter sido demitido ou exonerado por fato de que resulte a pena disciplinar de demissão do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, em prazo não superior a 02 (dois) anos contados, de forma retroativa, da data da publicação do edital do concurso, excluindo-se o caso de demissão por redução de pessoal, previsto no artigo 169 da Constituição Federal.

Seção III

Do Concurso Público

Art. 22 - O concurso para provimento na classe inicial da carreira de auditor fiscal compreenderá duas fases:

I - processo seletivo, de que farão parte provas de conhecimento, capacidade intelectual e de títulos, com caráter eliminatório e classificatório, respectivamente, que habilitará candidatos para o ingresso no curso de formação;

II - curso de formação, com caráter eliminatório, que habilitará candidatos para efeito de nomeação, até o limite das vagas existentes e definidas no Edital do Concurso.

§ 1º - O concurso público realizar-se-á a cada cinco anos ou quando o número de vagas atingir o correspondente a vinte por cento dos cargos efetivos, somente após autorização e a critério do chefe do Poder Executivo.

§ 2º - As inspeções médicas de que tratam os incisos VII e VIII do artigo 17 deverão anteceder o curso de formação e serão realizadas pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

Art. 23 - O curso de formação será organizado pela Coordenação da Receita do Estado e, durante a sua realização, os participantes terão direito a uma bolsa de estudo, que não implicará vínculo empregatício com o Estado do Paraná.

§ 1º - Ao servidor público estadual ficará assegurado o direito à licença para participação do curso de formação, sem prejuízo do cargo que exerça e da remuneração, podendo, se assim preferir, optar pelo recebimento da bolsa de estudos em deferimento de sua remuneração, assegurando-se-lhe, em qualquer hipótese, que o período de licença seja contado como de efetivo exercício em seu cargo original, para os efeitos legais.

§ 2º - O candidato que não atingir o rendimento mínimo para aprovação no curso de formação, ou ainda, que não preencher os demais requisitos legais, regulamentares ou regimentais pertinentes, será reprovado no concurso.

Art. 24 - Concluído o Curso de Formação, a relação dos candidatos aprovados será enviada à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, para homologação, atendendo-se, para efeito da nomeação, à ordem de classificação da primeira fase do concurso.

Seção IV

Da Posse

Art. 25 - Posse é o ato que completa a investidura no cargo da carreira de auditor fiscal.

Parágrafo Único - A reintegração independente de posse.

Art. 26 - É requisito para a posse, além dos exigidos pelo artigo 17, a habilitação prévia em concurso público, conforme artigo 19 nos casos de provimento efetivo na classe inicial da carreira de auditor fiscal.

Parágrafo Único - Será recusada a posse de quem tenha omitido fato que o impediria de ser nomeado.

Art. 27 - Salvo menção expressa do regime de acumulação, somente será empossado em cargo efetivo o auditor fiscal nomeado que declarar não exercer outro cargo ou função pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista ou Fundações instituídas pelo Poder Público, ou provar que solicitou exoneração ou dispensa do cargo ou função que ocupava em qualquer dessas entidades.

Parágrafo Único - Para efeitos do regime de acumulação, a carreira de auditor fiscal é considerada técnica.

Art. 28 - São competentes para dar posse:

I - o chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial, aos nomeados para cargo de provimento efetivo;

II - secretário de Estado da Fazenda, aos nomeados para cargo em comissão;

Art. 29 - O auditor fiscal apresentará declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio, nos termos da legislação pertinente, quando do ato da posse, sob penas de esta não se efetivar.

§ 1º - A declaração abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.

§ 2º - A declaração de bens será anualmente atualizada, bem como na data em que o auditor fiscal deixar o exercício do cargo.

§ 3º - Será punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o auditor fiscal que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro dos prazos determinados, ou que a prestar falsa.

Art. 30 - A autoridade que empossar verificará, sob pena de responsabilização pessoal, se foram preenchidas as condições legais para esse fim.

Art. 31 - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais trinta, a requerimento do interessado.

Parágrafo Único - Se a posse não ocorrer no prazo inicial ou da prorrogação concedida, será tornada sem efeito a nomeação, exceto em razão de caso fortuito ou força maior, apurado em procedimento administrativo.

Seção V**Do Exercício****Subseção I****Disposições Preliminares**

Art. 32 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 33 - O auditor fiscal terá o prazo de quinze dias para entrar em exercício, contados da data da:

I- publicação oficial do ato, no caso de reintegração, remoção a pedido ou mediante permuta;

II - ciência pessoal, no caso de remoção de ofício;

III - posse, nos demais casos.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a trinta dias.

§ 2º - O prazo de que trata este artigo, na hipótese de remoção, aplica-se apenas ao auditor fiscal removido para outro município.

§ 3º - O auditor fiscal removido, quando licenciado, terá quinze dias de prazo para entrar em exercício, a partir do término da licença.

§ 4º - Será exonerado o auditor fiscal empossado que não entrar em exercício no prazo previsto neste artigo, exceto em razão de caso fortuito ou força maior, apurado em procedimento administrativo.

§ 5º - Ao chefe da unidade administrativa para a qual for designado o auditor fiscal compete promover sua entrada em exercício.

Art. 34 - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - O início do exercício e as alterações que neste ocorrerem serão comunicados pelo chefe imediato ao órgão competente.

Subseção II**Do Regime de Trabalho**

Art. 35 - A duração do trabalho normal do auditor fiscal não excederá a oito horas diárias e quarenta horas semanais.

§ 1º - Nos plantões de fiscalização, a prestação do trabalho ocorrerá em qualquer dia da semana e em período de vinte e quatro horas, garantido o descanso imediatamente posterior de setenta e duas horas, salvo negociação.

§ 2º - O comparecimento ao trabalho poderá ser exigido aos sábados, domingos e feriados, inclusive no período noturno, garantido o descanso proporcional.

Subseção III**Do Afastamento do Exercício**

Art. 36 - O afastamento do auditor fiscal verificar-se-á somente em decorrência de ordem judicial ou nas hipóteses descritas nesta lei.

§ 1º - Denunciado por crime contra a administração pública, o auditor fiscal será afastado das atividades de fiscalização imediatamente após o recebimento da denúncia, devendo ser recolhido a serviços internos compatíveis com sua situação ainda que em outra unidade administrativa.

§ 2º - Na hipótese de parágrafo anterior, a chefia da unidade administrativa onde estiver lotado deverá recolher a carteira de identidade funcional, que o habilitaria a ter acesso aos contribuintes, encaminhando-a ao setor competente, sob pena de responsabilização pessoal.

§ 3º - Em decorrência de ordem judicial que determine expressamente o afastamento ou quando preso por ordem legal em regime incompatível com o exercício de suas funções, o servidor será afastado do exercício pelo tempo que perdurar esta situação.

§ 4º - Na hipótese do § 1º, se o Secretário de Estado da Fazenda verificar que não é aconselhável a permanência do auditor fiscal na repartição, mesmo em serviços internos, poderá determinar o seu afastamento temporário do exercício.

§ 5º - O Secretário de Estado da Fazenda também poderá determinar o afastamento do exercício, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, para que o auditor fiscal não interfira no andamento do Processo Administrativo Disciplinar.

§ 6º - O auditor fiscal afastado, nas hipóteses dos §§ 3º e 4º deste artigo, perderá o direito às quotas de produtividade, tendo direito ao ressarcimento, se for absolvido.

§ 7º - Deverá ser ouvido previamente o Conselho Superior dos Auditores Fiscais nas hipóteses de afastamento com prejuízo da remuneração que decorra de ordem extrajudicial.

§ 8º - Para cálculo das quotas, nos casos de afastamento remunerado ou para fins de ressarcimento, aplicar-se-á a regra do artigo 62, parágrafo único, desta lei.

Seção VI**Da Remoção**

Art. 37 - Remoção é o deslocamento do auditor fiscal de uma para outra unidade administrativa da Coordenação da Receita do Estado - CRE e processar-se-á:

I - a pedido, por ocasião da abertura do concurso de remoção, nos termos definidos em edital expedido pelo Diretor da CRE;

II - mediante permuta, a pedido escrito de ambos os interessados, e respeitado o interesse e a necessidade do serviço, manifestados pelos chefes das respectivas unidades administrativas;

III - de ofício, somente no interesse da Administração Pública e sempre de forma justificada.

§ 1º - A remoção, exceto aquela realizada mediante permuta, dependerá da existência de vagas na unidade administrativa de destino.

§ 2º - Quando o auditor fiscal for removido de ofício, ser-lhe-á assegurado o período mínimo de um ano de permanência no local para o qual foi removido.

§ 3º - Exclui-se dessas regras a investidura em cargos em comissão, assegurando-se ao auditor fiscal, por ocasião da exoneração, lotação na unidade administrativa que lhe aprouver, por um período mínimo de um ano.

§ 4º - substituição do titular do cargo em comissão por impedimento transitório não gera o direito mencionado no parágrafo anterior.

Art. 38 - Por ocasião da realização do concurso de remoção, verificada a hipótese de existirem mais concorrentes que o número de vagas fixadas, terá preferência, pela ordem, o auditor fiscal que, dentre todos os concorrentes:

I - tenha o maior tempo de serviço na atual unidade administrativa;

II - tenha o maior tempo de serviço no cargo de auditor fiscal;

III - tenha o melhor aproveitamento em avaliação de desempenho;

IV - tenha a melhor classificação no concurso público de ingresso na carreira.

Art. 39 - O auditor fiscal, matriculado em estabelecimento de ensino público, que for removido de ofício para outro município, terá assegurada a matrícula em estabelecimento de ensino público na sede da nova unidade administrativa em que tiver exercício, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se também aos dependentes do auditor fiscal removido.

§ 2º - Não havendo, na sede ou no município da nova unidade administrativa, o curso em que o auditor fiscal esteja matriculado antes da remoção terá ele a opção de matrícula em estabelecimento de ensino público mais próximo do local de trabalho.

§ 3º - O auditor fiscal matriculado em curso oferecido pelo Estado, quando removido de ofício, não terá a obrigação de efetuar qualquer tipo de ressarcimento.

Seção VII

Da Promoção

Art. 40 - Promoção é a elevação do auditor fiscal à classe imediatamente superior à que pertencer.

Art. 41 - Não haverá promoção de auditor fiscal em estágio probatório.

Parágrafo Único - Concluído o estágio probatório, o auditor fiscal terá direito à contagem desse tempo de exercício para fins de promoção.

Art. 42 - Será de três anos de efeito exercício na classe o interstício para a promoção.

Art. 43 - Para ser promovido de classe, o auditor fiscal deverá ter sido aprovado em avaliação de desempenho, cujo conteúdo programático, critério de avaliação e metodologia de aplicação serão definidos pelo Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 44 - O processo de promoção ocorrerá a cada doze meses.

§ 1º - Ao auditor fiscal não poderá ser vedada a promoção, em razão da não aplicação tempestiva do processo de avaliação de desempenho pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º - Não efetivada no prazo previsto no *caput*, o auditor fiscal poderá protocolar requerimento solicitando a promoção a que fizer jus, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda o prazo de trinta dias para análise e resposta.

§ 3º - A promoção produzirá seus efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do término do prazo mencionado no *caput*, devendo ser implantada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

§ 4º - Na hipótese de indeferimento intempestivo motivado ao requerimento de que trata o § 2º, a promoção tornar-se-á sem efeito.

Art. 45 - O auditor fiscal indiciado em processo administrativo disciplinar terá sua promoção suspensa até a decisão final do processo, quando, caso não receba a penalidade administrativa de que trata o inciso III do artigo 107, terá restabelecida a promoção, sem prejuízo dos direitos a ela relativos, desde a data da suspensão.

Seção VIII

Da Perda do Cargo

Art. 46 - A perda do cargo de auditor fiscal poderá ocorrer somente nas hipóteses mencionadas no § 1º e § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, ou como penalidade disciplinar prevista no inciso III do artigo 109 desta lei.

§ 1º - Na hipótese do *caput*, não sendo o caso de cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, será previamente realizado processo administrativo disciplinar, na forma desta lei.

§ 2º - No período dos três anos do estágio probatório será apurada a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante avaliações de desempenho regulamentadas pelo Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Capítulo II

Direitos

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 47 - São asseguradas ao auditor fiscal os direitos, garantias, prerrogativas e atribuições estabelecidas nesta lei.

Seção II

Das Prerrogativas

Art. 48 - Ao auditor fiscal, no exercício de seu cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I - requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e agentes administrativos e policiais do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação tributária;

II - possuir cédula de identidade funcional expedida pela Coordenação da Receita do Estado;

III - requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - tomar ciência pessoal de atos e termos de processos de que participar;

V - não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VI - conta com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Art. 49 - Fica assegurado ao auditor fiscal, nos casos de recomendação médica, homologada por perícia médica oficial, o exercício de atividades compatíveis com seu estado, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens.

Art. 50 - A prisão ou detenção do auditor fiscal, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao diretor da Coordenação da Receita do Estado, sob pena de responsabilização de quem não o fizer.

Art. 51 - O Estado prestará assistência ao auditor fiscal e à sua família.

Parágrafo Único - Entre as formas de assistência incluem-se:

I - assistência médico-hospitalar e social, quando ferido em serviço ou em decorrência da função, ou quando acometido de doença adquirida em serviço ou em consequência dele;

II - assistência médica, dentária, hospitalar e alimentar, além de outras julgadas necessárias, inclusive em sanatórios e creches;

III - previdência, seguro e assistência judiciária;

IV - financiamento para aquisição de imóvel destinado à residência do auditor fiscal;

V - cooperativas de consumo e de crédito;

VI - centros de aperfeiçoamento moral, social e cultural dos auditores fiscais e de suas famílias, inclusive fora das horas de trabalho.

§ 1º - A assistência sob qualquer forma, será prestada, por intermédio de instituições próprias, criadas por lei, às quais seja filiado o funcionário, com contribuição paritária do Estado.

§ 2º - A assistência, em determinadas formas, quando julgado conveniente, poderá excepcionalmente ser prestada através da entidade da classe, mediante convênio e concessão de auxílio financeiro destinado especificamente a tal fim.

§ 3º - Os planos de serviços assistenciais de que trata esta seção constituem matéria de leis específicas.

Seção III

Aposentadoria e Pensão

Art. 52 - Os proventos de aposentadoria do auditor fiscal serão correspondentes à remuneração integral do cargo ocupado, inclusive do prêmio de produtividade, desde que percebido por um período não inferior a dez anos, ininterruptos ou intercalados, e dos adicionais por tempo de serviço.

§ 1º - A aposentadoria com proventos integrais mencionada no *caput* fica sujeita ao recolhimento de contribuição previdenciária por um período não inferior a cinco anos, ressalvados os acréscimos na remuneração ocorridos neste interregno, mesmo que por efeito de promoção ou de alteração de quotas, os quais integrarão os proventos independentemente da contribuição, cumpridos os demais requisitos constitucionais quanto à idade e tempo de serviço ou de contribuição, conforme for a data de ingresso no serviço público.

§ 2º - O auditor fiscal que se aposentar por invalidez, não tendo completado tempo para a aposentadoria com proventos integrais, receberá proventos proporcionais a esse tempo, salvo quando a aposentadoria decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas por junta médica oficial conforme legislação pertinente, hipóteses em que os proventos serão sempre integrais, independentemente inclusive do tempo de percepção de quotas.

§ 3º - Na hipótese da aposentadoria por invalidez, se ficar provado que o servidor assumiu atividades remuneradas, inclusive por assunção a outro cargo público, será anulada *ex nunc* esta aposentadoria, retornando imediatamente ao cargo de auditor fiscal, ainda que no exercício de funções compatíveis com seu estado.

Art. 53 - O prêmio de produtividade, que integrará os proventos de aposentadoria, será calculado com base no valor da quota correspondente ao cargo efetivo ou ao cargo em comissão da estrutura da Coordenação da Receita do Estado a que tiver direito, observado o artigo seguinte.

Art. 54 - O cálculo para integração do prêmio de produtividade na aposentadoria e pensão será feito com base na média aritmética dos trinta e seis maiores percentuais de quotas percebidas pelo auditor fiscal durante o exercício funcional, e pelo valor do cargo que integrar os proventos de aposentadoria.

Art. 55 - O benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos ou da remuneração do auditor fiscal na data de seu falecimento, será assegurado:

I - ao cônjuge ou companheiro na constância do casamento ou da união estável, respectivamente;

II - ao pensionista, no valor da pensão devida;

III - aos filhos, desde que:

a) menores de vinte e um anos e não emancipados;
b) inválidos ou incapazes, se solteiros e sem renda e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ou simultânea ao fato gerador do benefício, ressalvados os casos de nascituros;

c) estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, se menores de vinte e cinco anos, solteiros e sem renda.

Art. 56 - Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração do auditor fiscal em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos auditores fiscais em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou classe em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Seção IV

Férias

Art. 57 - O auditor fiscal gozará trinta dias consecutivos de férias por ano, remuneradas com um terço a mais do que a remuneração normal, cujo pagamento respectivo deverá ocorrer com os vencimentos do mês anterior ao gozo das férias.

§ 1º - É vedado levar à conta de férias qualquer falta do trabalho.

§ 2º - Somente depois do primeiro ano de exercício adquirirá o auditor fiscal direito a férias.

§ 3º - A requerimento do auditor fiscal as férias poderão ser concedidas em dois períodos não inferiores a dez dias.

Art. 58 - As férias serão concedidas até o décimo segundo mês seguinte ao do encerramento do período aquisitivo, devendo o auditor fiscal ser notificado da concessão de férias com antecedência de, no mínimo, trinta dias.

Art. 59 - Durante as férias o auditor fiscal terá direito a todas as vantagens como se estivesse em exercício.

Art. 60 - O auditor fiscal promovido, removido ou transferido, quando em gozo de férias, não será obrigado a interrompê-las.

Art. 61 - À família do auditor fiscal que falecer em gozo de férias, será pago o vencimento relativo a todo o período, sem prejuízo do Auxílio Funeral.

Art. 62 - O direito de reclamar a concessão de férias prescreverá em dois anos, contados do primeiro dia do ano civil seguinte ao que deveria ser concedida.

Seção V

Vencimento e Remuneração

Art. 63 - Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixado para cada uma das classes da carreira do auditor fiscal.

Art. 64 - Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, inclusive as vantagens a seguir discriminadas, e poderá ser fixada e alterada por lei ordinária, assegurada a revisão anual.

I - gratificação de função;

II - prêmio de produtividade;

III - adicional por tempo de serviço;

IV - gratificação de zona.

Art. 65 - A gratificação de função será atribuída ao auditor fiscal que exercer uma das funções constantes do Anexo III desta Lei Complementar, no valor nele estabelecido.

Parágrafo Único - A lei que alterar os valores constantes do Anexo III desta lei, deverá manter a proporcionalidade de valores com o do cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

Art. 66 - O prêmio de produtividade será concedido, mediante a atribuição de quotas, ao auditor fiscal que desempenhar com eficácia as atribuições que lhe forem conferidas para o incremento, desenvolvimento ou realização das atividades inerentes à Administração Tributária.

§ 1º - As quotas serão atribuídas e apropriadas em conformidade com Resolução do secretário de Estado da Fazenda para este fim expedida.

§ 2º - As quotas que excederem o limite de apropriação mensal, previsto na Resolução a que se refere o parágrafo anterior, serão lançadas numa conta-corrente para esta finalidade criada.

§ 3º - No mês de setembro de cada ano, metade das quotas existentes na conta-corrente serão destinadas à

formação de um fundo, para rateio entre todos os auditores fiscais, a ser pago no mês de fevereiro subsequente.

Art. 67 - O valor da quota, constante do Anexo IV, será alterado de ofício pelo secretário de Estado da Fazenda, anualmente, segundo a variação do valor efetivamente arrecadado dos impostos de competência do Estado, incluindo-se multas e demais acréscimos legais e excluindo-se os valores pertencentes aos municípios.

Parágrafo Único - A alteração do valor da quota será efetivada no mês de fevereiro, com base nos dados do ano anterior.

Art. 68 - Perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade o auditor fiscal que ficar à disposição de outro órgão da Administração Pública, direta ou indireta, ressalvada a hipótese de exercer suas funções na própria Secretaria de Estado da Fazenda ou ser nomeado para ocupar cargo em comissão no âmbito da Secretaria de Estado de Governo, da Casa Civil, do Gabinete do Governador, ou para ocupar cargo em comissão de secretário de Estado ou de diretor de Secretaria de Estado.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, em relação ao cargo em comissão que não seja da estrutura da Coordenação da Receita do Estado, o prêmio de produtividade será calculado com base no valor da quota correspondente à classe da carreira a que pertence o auditor fiscal.

Art. 69 - O auditor fiscal não perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade nos casos de férias, trânsito, afastamento ou licenças, exceto por ordem judicial ou nos casos expressamente previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o pagamento do prêmio de produtividade será integral e atribuído com base na média aritmética dos percentuais de quotas produzidas nos três meses anteriores à data do afastamento, a qual não poderá ser inferior à média dos valores percebidos.

Art. 70 - O adicional por tempo de serviço será concedido ao auditor fiscal, a cada cinco anos de serviço prestado ao Estado do Paraná, no valor correspondente a cinco por cento do vencimento, até completar vinte e cinco por cento.

Parágrafo Único - A incorporação do adicional por tempo de serviço à remuneração será automática, inclusive para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 71 - Ao completar trinta anos de exercício, o auditor fiscal terá direito ao acréscimo de cinco por cento por ano excedente, calculados sobre o vencimento, até o máximo de mais vinte e cinco por cento, considerados, para todos os efeitos legais, como vantagem incluída no artigo 64 desta lei.

Parágrafo Único - A incorporação desse adicional por tempo de serviço na remuneração será também imediata, inclusive para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, mas não computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 72 - A gratificação de zona, de que trata o inciso IV do artigo 64 desta lei, será devida ao auditor fiscal que prestar serviços nas unidades administrativas relacionadas em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - A gratificação de zona terá como valor mensal o correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento do auditor fiscal.

Seção VI

Vantagens

Art. 73 - Além do vencimento e outras vantagens concedidas em lei, o auditor fiscal poderá perceber:

- I - adicionais;
- II - gratificações;
- III - diárias;
- IV - ajuda-de-custo;
- V - salário-família;
- VI - auxílio-doença;
- VII - auxílio-funeral;
- VIII - décimo-terceiro salário;
- IX - prêmio de produtividade;
- X - terço-de-férias;
- XI - auxílio-moradia;
- XII - auxílio-mudança.

§ 1º - As hipóteses dos incisos XI e XII referem-se à compensação de despesas de viagem e instalação ou moradia, concedida ao funcionário que em virtude de remoção de ofício, nomeação para cargo em comissão ou designação para função gratificada, serviço ou estudo, passe a ter exercício em nova sede de acordo com o disposto na Lei Estadual n 6.174, de 16 de novembro de 1970.

§ 2º - O auxílio-moradia terá seu prazo, valores e critérios de concessão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

§ 3º - O auxílio-mudança, no valor de uma remuneração mensal do auditor fiscal, será concedido quando o funcionário se transportar para o novo local, em outro município.

Capítulo III

Licenças

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 74 - Conceder-se-á licença ao auditor fiscal:

- I - para tratamento de saúde;
- II - quando acometido de doença, nos termos dos artigos 93 e 94;
- III - quando acidentado;

- IV - para repouso à gestante;
- V - por motivo de doença em pessoa da família;
- VI - quando convocado para serviço militar;
- VII - para o trato de interesses particulares;
- VIII - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, quando este for servidor civil ou militar;
- IX - em caráter especial;
- X - para concorrer a cargo eletivo;
- XI - para frequência e cursos de aperfeiçoamento;
- XII - licença paternidade;
- XIII - licença para dirigente sindical.

Art. 75 - São competentes para conceder as licenças de que tratam os incisos VII, IX e XI do artigo anterior:

I - o secretário de Estado da Fazenda, em relação ao diretor da Coordenação da Receita do Estado e auditores fiscais que lhe estejam imediatamente subordinados;

II - o diretor da Coordenação da receita do Estado, em relação aos demais auditores fiscais.

Parágrafo Único - As autoridades indicadas neste artigo poderão delegar competência aos dirigentes das unidades que lhe sejam diretamente subordinadas,

Art. 76 - A licença dependente de inspeção médica será concedida pelo prazo indicado no respectivo laudo e atestado e, em sendo superior a três dias, deverá ser concedida ou homologada pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Findo o prazo, o auditor fiscal poderá submeter-se a nova inspeção e o laudo médico concluirá pela sua volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 77 - O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como de licença.

Art. 78 - Terminada a licença, o auditor fiscal reassumirá imediatamente, independente de qualquer comunicação, o exercício das atribuições de seu cargo, ressalvado o caso do § 1º do artigo seguinte.

Art. 79 - A licença para tratamento de saúde por acidente poderá ser prorrogada a pedido ou de ofício.

§ 1º - O pedido deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

§ 2º - Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo da licença, não será computado como de licença o período compreendido entre o dia de seu término e o do conhecimento oficial do despacho.

Art. 80 - O auditor fiscal não poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, res-

salvados os casos previstos no artigo 74 e nos incisos VI, VIII e XI do artigo 63.

Art. 81 - O auditor fiscal que se encontrar fora do Estado deverá, para fins de prorrogação ou concessão de licença, dirigir-se à autoridade competente a que esteja diretamente subordinado, juntando o laudo médico, se for este o caso, ou outros documentos comprobatórios da condição.

Art. 82 - A licença a que se refere o art. 63 inciso X, será concedida na forma estabelecida pela legislação eleitoral.

Seção II

Licença para Tratamento de Saúde

Art. 83 - A licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, será concedida de ofício ou a pedido do auditor fiscal, ou de seu representante, quando não possa ele fazê-lo.

§ 1º - Em ambos os casos, é indispensável a inspeção médica, que será realizada no órgão próprio e, quando necessário, no local onde encontrar-se o auditor fiscal.

§ 2º - Para a licença de até três dias, é permitida a apresentação de atestado fornecido por médico particular.

§ 3º - Para a licença de até noventa dias, a inspeção deverá ser feita por médico do órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná, admitido-se, quando assim não seja possível, atestado fornecido por médico particular, com firma reconhecida.

§ 4º - Na hipótese do atestado fornecido por médico particular, constante do § 3º, o laudo só produzirá efeitos depois de homologado pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

§ 5º - Quando não for homologado o laudo, o auditor fiscal será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerados como de licença sem vencimentos, conforme inciso VII do artigo 63, os dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença.

§ 6º - O auditor fiscal poderá recorrer da decisão referida no § 5º deste artigo e requisitar reavaliação aplicando, no que couber, as regras do artigo 84, não implicando isto em prejuízo de sua remuneração.

Art. 84 - Verificando-se, a qualquer tempo, ter sido gracioso o atestado médico ou o laudo da Junta Médica, a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, incorrendo o auditor fiscal a quem aproveitar a fraude na pena de suspensão e, na reincidência, na de demissão, sem prejuízo da ação penal que couber.

Art. 85 - O auditor fiscal não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos em que seja consi-

derado recuperável, hipótese em que, a critério da Junta Médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Parágrafo único - Expirado o prazo mencionado neste artigo, o auditor fiscal será submetido a nova inspeção médica oficial e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o cargo de auditor fiscal.

Art. 86 - Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a Junta Médica Oficial, se considerar o doente irrecuperável, determinar, como resultado da inspeção, a imediata aposentadoria.

Parágrafo Único - A inspeção será feita no local onde se encontrar o auditor fiscal por uma junta de, pelo menos, três médicos, podendo aquele, caso não se conforme com o laudo, pedir outra junta e novos exames de laboratório.

Art. 87 - No processamento das licenças para tratamento de saúde será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art. 88 - No curso de licença para tratamento de saúde, o auditor fiscal abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total da remuneração, até que reassuma o cargo.

Parágrafo único - Os dias correspondentes à perda de remuneração serão considerados como de licença sem vencimentos, conforme inciso VII do art. 63.

Art. 89 - Licenciado para tratamento de saúde ou por acidente, o auditor fiscal receberá integralmente a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 90 - O auditor fiscal não poderá recusar a inspeção médica, sob pena de suspensão de pagamento da remuneração, até que aquela se realize.

Art. 91 - Considerado apto, em inspeção médica, o auditor fiscal reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art. 92 - No curso da licença, poderá o auditor fiscal requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito à aposentadoria.

Seção III

Licença Compulsória

Art. 93 - O auditor fiscal acometido por moléstias incompatíveis com o trabalho, segundo a medicina especializada, e apuradas em inspeção médica, será compulsoriamente licenciado com direito à percepção da remuneração integral e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 94 - O auditor fiscal poderá ser licenciado compulsoriamente por interdição, quando declarada pela autoridade sanitária competente, por motivo de doença em pessoa co-habitante da sua residência, com remuneração integral.

Art. 95 - Para verificação das moléstias, indicadas no artigo anterior, a inspeção médica será feita, obrigatoriamente, por Junta Oficial de três membros, podendo o auditor fiscal pedir outra junta e novos exames de laboratório, caso discorde do laudo.

Art. 96 - A licença será convertida em aposentadoria, na forma do art. 74, antes do prazo estabelecido, quando assim opinar a Junta Médica, por considerar definitiva, para o serviço público em geral, a invalidez do auditor fiscal.

Seção IV

Da Licença à Gestante

Art. 97 - À auditora fiscal gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 120 dias, com percepção da remuneração e demais vantagens legais.

§ 1º - quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, esta licença poderá ser prorrogada em até noventa dias.

§ 2º - A auditora fiscal gestante terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, sem prejuízo do direito à licença de que trata este artigo, facilitando-se-lhe, posteriormente, as condições para o aleitamento.

Seção V

Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 98 - O auditor fiscal poderá obter licença, com remuneração integral, por motivo de doença grave na pessoa de cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe ou irmão, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, incompatível com o exercício do cargo.

§ 1º - Prova-se a doença grave mediante inspeção médica, aplicando-se, no que couber, as normas contidas na Seção II deste Capítulo.

§ 2º - Ato do Chefe do Poder Executivo especificará quais doenças serão consideradas graves, para efeito deste artigo.

§ 3º - As demais licenças por motivo de doença em pessoa da família sujeitar-se-ão às regras aplicáveis aos funcionários públicos civis do Estado, respeitadas as disposições especiais desta lei.

Seção VI

Licença para Serviço Militar Obrigatório

Art. 99 - Ao auditor fiscal que for convocado para o serviço militar ou aos outros encargos de segurança

nacional, será concedida licença com remuneração, descontada mensalmente a importância que receber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º - Ao auditor fiscal desincorporado conceder-se-á o prazo de quinze dias para que reassuma o exercício, sem perda de remuneração, findo os quais a sua ausência será computada como falta ao trabalho.

Seção VII

Licença para o Trato de Interesses Particulares

Art. 100 - Depois de estável, o auditor fiscal poderá obter licença, sem remuneração, para o trato de interesses particulares.

§ 1º - O auditor fiscal aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2º - A licença não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos e outra só poderá ser concedida depois de decorrido período igual ao da duração da licença usufruída.

Art. 101 - Desde que inconveniente para o serviço, poderá ser negada, motivadamente, a licença para trato de interesses particulares.

Parágrafo Único - Não será concedida essa licença ao auditor fiscal removido, antes de entrar em exercício.

Art. 102 - O auditor fiscal poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.

Art. 103 - Em caso de comprovado interesse público, a licença de que trata esta seção poderá ser cassada pela autoridade competente, devendo o auditor fiscal ser expressa e pessoalmente notificado do fato.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata este artigo, o auditor fiscal deverá apresentar-se ao serviço no prazo de trinta dias, a partir da notificação, findos os quais sua ausência será computada como falta ao trabalho.

Art. 104 - Ao auditor fiscal ocupante de cargo em comissão, não se concederá, nessa qualidade, licença para trato de interesses particulares.

Art. 105 - Não se concederá licença para o trato de interesses particulares ao auditor fiscal que, a qualquer título, esteja obrigado a indenização ou devolução de valores aos cofres públicos, em processo com decisão administrativa definida.

Seção VIII

Licença ao Auditor Fiscal, Cônjuge ou Companheiro de Servidor

Art. 106 - O auditor fiscal cônjuge ou companheiro de servidor público, civil ou militar, no caso de não ser possível a remoção de que trata o art. 38 da Constituição Estadual, terá direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge for mandado, independentemente de solicitação, prestar serviços em outro local.

Parágrafo Único - A licença será concedida mediante pedido e renovável a cada dois anos.

Art. 107 - Independentemente do regresso do cônjuge ou companheiro, o auditor fiscal poderá reassumir o exercício a qualquer tempo.

Seção IX

Licença Especial

Art. 108 - Ao auditor fiscal estável que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito a licença especial de seis meses por decênio, com remuneração integral e demais vantagens.

§ 1º - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o auditor fiscal que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

§ 2º - A licença poderá ser convertida em pecúnia, parcial ou integralmente, a pedido do auditor fiscal e no interesse do serviço.

Art. 109 - Para os fins previstos no art. 97, não são considerados como afastamento do exercício:

I - férias e trânsito;

II - casamento, licença de até oito dias;

III - luto por falecimento do cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe, irmão, licença de até oito dias;

IV - convocação para o serviço militar;

V - juri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI - licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;

VII - licença para o trato de interesses particulares, desde que não ultrapasse três meses por quinquênio;

VIII - licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;

IX - licença à auditora fiscal gestante;

X - licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;

XI - moléstia devidamente comprovada até três dias por mês;

XII - missão de estudo no país ou no exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;

XIII - exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão;

- XIV - licença para cursos de aperfeiçoamento;
- XV - licença paternidade;
- XVI - licença para concorrer a cargo eletivo ou para dirigente sindical.

Parágrafo Único - Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares.

Art. 110 - Não podem gozar licença especial simultaneamente, o responsável pela unidade e seu substituto, hipótese em que terá preferência quem requerer em primeiro lugar ou, quando requerida ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

§ 1º - Na mesma repartição não poderão gozar licença especial, simultaneamente, auditores fiscais em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação.

§ 2º - Se, na repartição, o número de auditores fiscais for inferior a seis, somente um deles poderá entrar no gozo da licença e, em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista neste artigo.

Seção X

Da Licença para Frequência a Cursos de Aperfeiçoamento

Art. 111 - Poderá ser concedida licença, com remuneração integral, ao auditor fiscal matriculado em curso de aperfeiçoamento, inclusive nos de pós-graduação, a realizar-se fora da cidade onde exerce suas funções.

§ 1º - O aperfeiçoamento deverá visar o melhor aproveitamento no serviço público.

§ 2º - Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do auditor fiscal, ou em outra de fácil acesso, será concedida simples dispensa do expediente pelo tempo necessário à frequência regular ao curso.

§ 3º - Se o auditor fiscal, após o período de dois anos da conclusão do curso de que trata o *caput* deste artigo, pedir exoneração ou for demitido, deverá ressarcir integralmente as despesas havidas pelo erário para realização do curso de aperfeiçoamento.

Seção XI

Licença Paternidade

Art. 112 - É assegurado ao auditor fiscal a licença paternidade, com remuneração integral.

Capítulo IV

Deveres e Proibições

Seção I

Deveres

Art. 113 - São deveres do auditor fiscal, além de outros previstos na legislação referente aos funcionários civis do Estado:

- I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - urbanidade;

IV - guarda de sigilo sobre informações de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função e que, por força de lei, tenham caráter sigiloso;

V - lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;

VI - cumprimento das normas legais e regulamentares;

VII - providências na esfera de suas atribuições, para coibir a evasão de tributos;

VIII - eficiência;

IX - adoção, nos limites de suas atribuições, de providências cabíveis em face de irregularidades de que tenha conhecimento, ou que ocorram nos serviços a seu cargo, levando-as ao conhecimento da autoridade competente, por escrito;

X - zelo pelas prerrogativas e respeitabilidade da classe da organização a que pertence;

XI - frequência em cursos para aperfeiçoamento;

XII - submissão a inspeção médica determinada pela autoridade competente;

XIII - aceitação dos encargos inerentes à carreira, exceção feita aos de confiança;

XIV - obediência às normas superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

XV - comparecimento às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado;

XVI - providência para que esteja sempre em ordem no assentamento individual sua declaração de família e declaração de bens;

XVII - zelo pela economia e conservação do material que lhe for confiado.

Seção II

Proibições

Art. 114 - Ao auditor fiscal, além das demais vedações previstas na legislação referente aos funcionários civis do Estado, é proibido:

I - exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

II - exercer atividade comercial ou participar de sociedade empresarial exceto como acionista ou quotista;

III - retirar, modificar ou substituir indevidamente qualquer documento com o fim de criar direito ou obrigação, ou de alterar a verdade dos fatos ou apresentar documento falso com idêntico objetivo;

IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;

V - valer-se de sua qualidade de autor fiscal para melhor desempenhar atividade estranha às suas funções em detrimento do serviço público ou de lograr qualquer proveito, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa;

VI - revelar fato ou informação, que deva guardar em sigilo, do qual teve ciência em razão do cargo ou fun-

ção, salvo quando se trata de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo;

VII - coagir ou aliciar subordinados com o objetivo de natureza partidária;

VIII - praticar a usura em qualquer de suas formas;

IX - patrocinar interesse privado, em detrimento do interesse público, perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de auditor fiscal;

X - receber vantagem de qualquer espécie, não prevista em lei, em razão do cargo ou função;

XI - confiar a pessoa estranha ao serviço do Estado, salvo nos casos previstos em lei, desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XII - empregar materiais e bens do Estado em serviço particular, ou, sem autorização da autoridade competente, retirar objetos de órgãos estaduais;

XIII - reter, além dos prazos necessários à execução do serviço fiscal, livros e documentos de contribuintes.

Capítulo V

Penalidades

Art. 115 - São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Art. 116 - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público e a reincidência.

Art. 117 - São cabíveis as seguintes penas disciplinares:

I - repreensão, aplicada reservadamente e por escrito, no caso de negligência, desobediência às determinações e instruções superiores, ou na falta de cumprimento dos deveres;

II - suspensão, que não excederá a noventa dias, aplicada nos casos:

a) de infração às proibições não sujeitas à demissão;

b) de reincidência em falta que tenha resultado em pena de repreensão;

c) previsto no § 3º do art. 26 e no art. 73.

III - demissão, aplicada nos casos de:

a) falta disciplinar grave prevista também como crime contra a administração pública;

b) abandono de cargo ou inassiduidade habitual;

c) insubordinação grave em serviço;

d) dano causado pela revelação de segredo, protegido por lei, de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função;

e) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Estado;

f) que tratam o § 3º do art. 26 e o art. 73.

§ 1º - Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, intencional, por mais de trinta dias consecutivos.

§ 2º - Considera-se inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante um período de doze meses.

§ 3º - Considera-se reincidência a segunda falta disciplinar cometida antes de transcorridos dois anos da aplicação da pena anterior em caráter definitivo.

§ 4º - O auditor fiscal suspenso perderá as vantagens decorrentes do exercício do cargo, enquanto durar a suspensão.

Art. 118 - A decisão administrativa, que aplicar a sanção, mencionará o dispositivo legal em que se enquadrar, motivando a graduação da penalidade aplicada.

Art. 119 - São competentes para aplicação das penalidades disciplinares:

I - o secretário de Estado da Fazenda, no caso de repreensão e suspensão;

II - o chefe do Poder Executivo, privativamente, nos casos das penalidades de demissões ou cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Parágrafo Único - A mesma autoridade que aplicar a penalidade, ou autoridade superior, poderá torná-la sem efeito.

Art. 120 - Deverão constar do assentamento individual as penas impostas ao auditor fiscal, até o decurso do prazo constante do § 3º do art. 104.

Art. 121 - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade se ficar provado que o auditor fiscal, durante o exercício do cargo, praticara falta que teria sido punida com demissão.

Parágrafo Único - Será igualmente cassada a disponibilidade ao auditor fiscal que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado, contando as eventuais ausências injustificadas, em caso de não assunção tempestiva, como faltas ao serviço.

Capítulo VI

Procedimento Administrativo

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 122 - A autoridade que tiver conhecimento de fato irregular no serviço público, em sua esfera de competência, deverá, motivadamente, instaurar procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - mediante sindicância para:

a) definição da existência da fato irregular;

b) determinação da presunção de autoria;
c) indicação do possível dispositivo legal infringido;

II - mediante processo disciplinar quando a sindicância concluir pela abertura do processo, ou quando os requisitos do inciso anterior forem provados documentalmente ou confessados.

Art. 123 - Será verificado obrigatoriamente o fato irregular, objeto de denúncia escrita ou reduzida a termo e assinada, que contiver a qualificação do denunciante, as informações sobre o fato e a sua autoria, e a indicação de provas, na forma do parecer do Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 124 - São competentes para instauração de sindicância:

I - o diretor da Coordenação da Receita do Estado;
II - os delegados regionais nas respectivas delegacias.

Art. 125 - O secretário de Estado da Fazenda é a autoridade competente para instauração de Processo Administrativo Disciplinar e de Processo Administrativo de Avaliação de Desempenho, ouvido o Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 126 - Serão assegurados transporte e diárias ao auditor fiscal cujo deslocamento seja necessário para solução do processo ou da sindicância.

Seção II

Sindicância

Art. 127 - Para compor a comissão de sindicância, serão designados três auditores fiscais, indicando-se, entre estes, o presidente.

Parágrafo Único - O presidente da comissão de sindicância designará o membro que irá secretariá-la.

Art. 128 - Os integrantes da comissão de sindicância deverão iniciá-la até o quinto dia útil após a ciência pessoal do ato de instauração.

Art. 129 - O prazo para conclusão da sindicância será de trinta dias, prorrogável, motivadamente, no máximo por igual período, mediante ciência da autoridade que a tenha determinado.

Art. 130 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento;
II - instauração de processo disciplinar.

Art. 131 - A inexistência de um dos requisitos do inciso I do artigo 111 implicará no arquivamento da sindicância, podendo, contudo, ser renovada a qualquer tempo, observado o prazo prescricional.

Art. 132 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais analisará o parecer da comissão de sindicância e proporá ao secretário de Estado da Fazenda, o arquivamento ou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Seção III

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 133 - O Processo Administrativo Disciplinar destina-se a apurar responsabilidade de auditor fiscal por infração relacionada ao exercício de suas atribuições, instruído desde logo pelos autos da sindicância ou pelo relato da irregularidade constatada.

Parágrafo Único - O secretário de Estado da Fazenda poderá determinar o afastamento do auditor fiscal, se assim entender necessário, para que não interfira no andamento do Processo Administrativo Disciplinar, sem prejuízo da remuneração.

Art. 134 - O ato instaurador do processo disciplinar designará, para compor a comissão processante, três auditores fiscais estáveis, de classe igual ou superior à do suposto autor do fato tido como irregular, sendo o seu presidente indicado no mesmo ato.

Art. 135 - O presidente poderá indicar o secretário entre os membros da comissão, ou outro auditor fiscal, mediante compromisso legal.

Art. 136 - Os integrantes da comissão de processo disciplinar deverão iniciar os trabalhos até o quinto dia útil após a ciência pessoal do ato de instauração.

Art. 137 - O prazo para a conclusão do processo é de noventa dias contados da ciência do indiciado, prorrogável, motivadamente, por igual período, mediante notificação à autoridade que o tenha instaurado.

§ 1º - A não observância do prazo para a conclusão do processo não acarretará a sua nulidade, importando, porém, em responsabilização dos membros da Comissão.

§ 2º - A autoridade administrativa que instaurou o processo poderá autorizar o seu sobrestamento temporário, para solução de questão que extrapole a competência da comissão e da qual dependa a sua conclusão, ficando o prazo prescricional sujeito ao contido no § 1º do artigo 139.

Art. 138 - O processo administrativo disciplinar desenvolver-se-á conforme segue:

I - lavrar-se-á termo de indicação contendo a descrição pormenorizada da irregularidade cometida, em tese, com o respectivo dispositivo legal infringido, bem como a penalidade a que está sujeito o indiciado, com base no parecer da sindicância, ou com base nos respectivos documentos, se o fato irregular for confessado ou provado;

II - dar-se-á ciência do termo de indicação ao indiciado, constando recibo da cópia do termo e demais anexos, com notificação para entrega de defesa prévia, em que apresente as provas de que dispuser, requeira perícias e diligências, arrole testemunhas de defesa, no máximo oito, concedendo-se-lhe prazo de dez dias a contar da data da ciência;

III - na hipótese de haver dois ou mais indiciados, o prazo a que se refere o inciso anterior será comum e de vinte dias;

IV - caso o indiciado não apresente defesa prévia nomear-se-á defensor dativo, pertencente à classe fiscal, bacharel em direito, com renovação do prazo;

V - notificar-se-ão as testemunhas arroladas pela comissão processante e pelos indiciados, marcando-se data, hora e local para oitivas;

VI - a comissão ou o indiciado poderão desistir de ouvir testemunhas arroladas, caso em que, sendo de defesa, deverá constar do processo declaração expressa neste sentido;

VII - se as testemunhas de defesa não forem encontradas e o indiciado, após cientificado, não indicar outras, dentro de três dias, prosseguir-se-á nos termos do processo;

VIII - ouvir-se-ão, primeiramente, as testemunhas convocadas pela comissão processante e depois as indicadas pelo indiciado;

IX - na hipótese de depoimentos contraditórios, ou que se infirmem, proceder-se-á acareação entre os depoentes;

X - concluída a inquirição das testemunhas, promover-se-á o interrogatório do indiciado, separadamente, se for mais de um;

XI - notificar-se-á o indiciado das datas das oitivas e do interrogatório, com antecedência mínima de três dias úteis;

XII - o procurador dos indiciados poderá assistir à inquirição de testemunhas e ao interrogatório, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão;

XIII - terminada a fase das oitivas, o indiciado terá três dias úteis após o interrogatório para complementar os pedidos de perícias e diligências;

XIV - a comissão processante decidirá, no prazo de três dias após a juntada do requerimento, se os pedidos de perícias e diligências não visam a produzir efeito meramente protelatório, cientificando o indiciado desta decisão, ou determinando a realização do requerido;

XV - a comissão, igualmente, poderá determinar perícias e diligências para deslinde das questões suscitadas;

XVI - o indiciado, ou o procurador devidamente habilitado, terá direito a vistas dos autos em qualquer momento do processo;

XVII - esgotado o prazo mencionado no inciso XIII, sem requerimento de perícias ou diligências, ou

concluídas as diligências requeridas e ordenadas, assim como atendido o pedido de reinquirição de testemunhas, serão abertas vistas do processo ao indiciado, para que apresente, no prazo de dez dias, as alegações finais;

XVIII - a comissão elaborará relatório com parecer conclusivo, no qual resumirá as principais peças do processo e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.;

XIX - reconhecida a responsabilidade, a comissão consignará no parecer o dispositivo legal infringido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, conforme artigo 105, e a penalidade que entende cabível, motivadamente;

XX - se no curso do processo houver elementos de convicção que permitam concluir por fato irregular diverso do contido no Termo de Indicação, será expedido novo Termo cientificando o indiciado para que, no prazo de oito dias, manifeste-se e, se quiser, produza provas, podendo ser ouvidas até três testemunhas, reabrindo-se os demais prazos subsequentes.

XXI - ao auditor fiscal que for indiciado no curso do processo, garantir-se-á a reabertura dos prazos e a aplicação dos procedimentos previstos nesta seção;

XXII - após elaborado o termo de encerramento, o processo será remetido ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 139 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais procederá à análise do processo, bem como ao seu saneamento, em sendo o caso, ou emitirá parecer conclusivo e remeterá o processo para decisão da autoridade que o instaurou.

Seção IV **Pedido de Reconsideração**

Art. 140 - É cabível pedido de reconsideração em procedimento administrativo, no prazo de trinta dias contados da ciência do ato, que será dirigido à autoridade que tenha proferido a decisão.

Art. 141 - Do pedido de reconsideração não poderá resultar agravamento da situação.

Seção V **Da Revisão**

Art. 142 - Os processos administrativos disciplinares de que resultem sanções poderão ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes, suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

§ 2º - A revisão processar-se-á em apenso ao processo originário.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da pena.

Art. 143 - O pedido de revisão deverá indicar as provas que se pretende produzir e o rol de testemunhas, se for o caso.

Art. 144 - O requerimento, devidamente instruído, será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, que decidirá sobre o pedido.

Parágrafo Único - Deferida a revisão, o chefe do Poder Executivo encaminhará o requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda para designação de comissão revisora.

Art. 145 - O secretário de Estado da Fazenda designará três auditores fiscais estáveis, que não tenham atuado em qualquer fase do procedimento anterior, de classe igual ou superior à do requerente, para compor a comissão, indicando o seu presidente no mesmo ato.

Art. 146 - A comissão deverá encaminhar parecer conclusivo ao chefe do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, prorrogável motivadamente por, no máximo, igual prazo.

Art. 147 - A decisão da revisão poderá tornar sem efeito a pena aplicada ou aplicará a de menor graduação, restabelecendo-se os direitos por ela atingidos.

Art. 148 - Aplicam-se, subsidiariamente, as regras do processo administrativo disciplinar à revisão.

Seção VI

Prescrição

Art. 149 - Prescreverá:

- I - em um ano, a falta punível com repreensão;
- II - em dois anos, a falta punível com suspensão;
- III - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo Único - Se a falta também for prevista na lei penal como crime, prescreverá com este.

Art. 150 - A prescrição começa a contar:

- I - no dia em que a falta for cometida;
- II - nas faltas continuadas ou permanentes, no dia em que tiver cessado a continuação ou permanência.

§ 1º O curso da prescrição suspende-se na hipótese do § 2º do artigo 126, voltado a correr no dia em que a autoridade administrativa for cientificada da solução da questão que justificara o sobrestamento do processo ou pelo decurso do prazo de um ano, prorrogável por igual período, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

§ 2º - O curso da prescrição interrompe-se na data da instauração de Processo Administrativo Disciplinar e na data da publicação da decisão recorrível.

Capítulo VII

Conselho Superior dos Auditores Fiscais

Art. 151 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais, diretamente subordinado ao secretário de Estado da Fazenda, é o órgão encarregado de coordenar o Procedimento Administrativo Disciplinar e a Avaliação de Desempenho, bem como de receber denúncia de aspecto disciplinar.

Art. 152 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais será composto por cinco auditores fiscais, nomeados pelo secretário de Estado da Fazenda, da seguinte forma:

I - o presidente, indicado pelo Secretário de Estado da Fazenda;

II - dois auditores fiscais, indicados em lista sêxtupla do diretor da Coordenação da Receita do Estado;

III - dois auditores fiscais indicados em lista sêxtupla da entidade da classe.

Parágrafo Único - O Conselho dos Auditores Fiscais terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

Art. 153 - Serão nomeados como suplentes dois auditores fiscais das respectivas listas sêxtuplas, que atuarão nos impedimentos dos respectivos titulares.

Art. 154 - Ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais compete:

I - propor aprimoramento de procedimentos;

II - regulamentar e coordenar o processo de avaliação de desempenho, em conformidade com o artigo 39 desta Lei Complementar, bem como as avaliações de desempenho de que trata a Constituição Federal, artigo 41;

III - determinar o saneamento, se for o caso, e emitir parecer em processo administrativo disciplinar, para remessa à autoridade competente;

IV - indicar ao setor competente as necessidades de treinamento detectadas, inclusive as decorrentes das avaliações de desempenho;

V - elaborar, em conjunto com a Assessoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, cronograma, com todas as fases da avaliação de desempenho, coordenado com o procedimento de promoção;

VI - elaborar e encaminhar ao secretário de Estado da Fazenda listagem dos auditores fiscais aptos à promoção.

VII - apreciar, em grau de recurso, a remoção de ofício de que trata o artigo 34, inciso III;

VIII - pronunciar-se sobre os afastamentos disciplinares;

IX - propor ao secretário de Estado da Fazenda a abertura de concurso de ingresso na carreira de auditor fiscal;

X - organizar e promover o concurso para ingresso na carreira de auditor fiscal;

XI - realizar estudos técnicos visando a melhoria da carreira de auditor fiscal;

XII - outras atividades pertinentes, inclusive decisão nos processos disciplinares por delegação da autoridade competente.

Parágrafo Único - Compete ao Conselho de Auditores Fiscais promover a compatibilização do processo de avaliação de desempenho referido no artigo 43 desta Lei Complementar, com o previsto no artigo 41, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 155 - O regimento do Conselho Superior dos Auditores Fiscais será estabelecido por Ato do secretário de Estado da Fazenda.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 156 - A transposição das séries de classes vigentes até então para as classes de que trata o artigo 7º desta lei, dar-se-á da seguinte forma:

I - os agentes fiscais 3-A serão enquadrados na classe de auditor fiscal "C" - AF-C;

II - os agentes fiscais 3-B serão enquadrados na classe de auditor fiscal "D" - AF-D;

III - os agentes fiscais 3-C serão enquadrados na classe de auditor fiscal "E" - AF-E;

IV - os agentes fiscais 2-A serão enquadrados na classe de auditor fiscal "F" - AF-F;

V - os agentes fiscais 2-B serão enquadrados na classe de auditor fiscal "F" - AF-F;

VI - os agentes fiscais 2-C serão enquadrados na classe de auditor fiscal "F" - AF-F;

VII - os agentes fiscais 1-A serão enquadrados na classe de auditor fiscal "G" - AF-G;

VIII - os agentes fiscais 1-B serão enquadrados na classe de auditor fiscal "H" - AF-H;

IX - os agentes fiscais 1-C serão enquadrados na classe de auditor fiscal "I" - AF-I;

§ 1º - Serão preservados os direitos de promoção não contemplados no ato de transposição de que trata este artigo.

§ 2º - A transformação de que trata este artigo aplicar-se-á também aos auditores fiscais aposentados e pensionistas.

§ 3º - Os agentes fiscais que se encontram em estágio probatório serão enquadrados na classe inicial da carreira.

Art. 157- Fica criada a classe de auditor fiscal "4", destinada a enquadrar os agentes fiscais 4 - AF-4, que não terá novo provimento e extinguir-se-á tão logo fique totalmente vaga.

Art. 158 - Fica vedada ao auditor fiscal que não tiver o grau de escolaridade superior a participação em processo de promoção, enquanto não comprovada a conclusão do curso superior.

Art. 159 - Nos primeiros cinco anos após a publicação desta lei os cargos de provimento em comissão deverão ser preenchidos por auditor fiscal com cinco anos de efetivo exercício, exceto o de consultor técnico, não se aplicando a exigência do curso específico para o cargo, previsto no § 2º do artigo 11.

Art. 160 - Esta lei será revista após dois anos de sua vigência, mediante comissão paritária composta de representantes da administração e da classe nomeada pelo secretário de Estado da Fazenda.

Art. 161 - Dentre as exclusões constantes do artigo 7º da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, ficam acrescentadas as vantagens previstas no artigo 64 desta lei.

Art. 162 - Os dispositivos desta lei referentes aos filhos são aplicáveis também aos casos de adoção, tutela ou guarda judicial, aplicando-se subsidiariamente a legislação que regule a matéria, desde que não contrarie as normas especiais contidas nesta lei.

Art. 163 - Os recursos previstos para implantação imediata desta Lei Complementar correrão à conta da dotação orçamentária 293004 129642.077, fonte 00, rubrica 3190.1100.

Art. 164 - São aplicáveis aos auditores fiscais, subsidiariamente, as disposições gerais referentes aos funcionários civis do Estado, respeitadas as normas especiais contidas nesta lei.

Art. 165 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei 7051, de 4 de dezembro de 1978, e outras disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.07.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ANEXO I VENCIMENTO BÁSICO

Cargo	Classe	Valor
Auditor Fiscal	AF I	2.240,00
Auditor Fiscal	AF H	2.172,80
Auditor Fiscal	AF G	2.105,60
Auditor Fiscal	AF F	2.038,40
Auditor Fiscal	AF E	1.971,20
Auditor Fiscal	AF D	1.904,00
Auditor Fiscal	AF C	1.836,80
Auditor Fiscal	AF B	1.769,60
Auditor Fiscal	AF A	1.702,40
Auditor Fiscal	AF-4	930,46

**ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO**

Cargos	Símbolo	Quant	Valor
Diretor	A	01	2.800,00
Inspetor Geral	B	03	2.632,00
Assessor	B	05	2.632,00
Presidente do Conselho dos Auditores Fiscais	B	01	2.632,00
Delegado Regional da Receita	C	10	2.492,00
Consultor Técnico	C	05	2.492,00
Assistente Técnico	C	28	2.492,00
Assessor de Resultados	D	10	2.408,00
Auxiliar Técnico	D	26	2.408,00
TOTAIS		89	

**ANEXO III
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Funções	Símbolo	Quant.	Valor
Inspetor Regional	E	33	567,00
Apoio Técnico - CRE	F	102	472,50
Chefe do S.A.A.	G	11	378,00
Apoio Técnico - Sede da DRR	H	218	378,00
Chefe A.R. - Cat. Especial	I	11	378,00
Apoio Técnico - A.R. Cat. Especial	J	80	283,50
Chefe de A.R. - Cat. "A"	L	17	283,50
Apoio Técnico - A.R. Cat "A"	M	24	189,00
Chefe de A.R. - Cat. "B"	N	53	189,00
Apoio Técnico - A.R. Cat "B"	O	08	94,50
Chefe de A. R. - Cat. "C"	P	61	94,50
Chefe de P.F. - Cat. "A"	Q	06	94,50
Chefe de P.F. - Cat. "B"	R	05	56,70
Chefe de P.F. - Cat. "C"	S	17	18,90

**ANEXO IV
QUOTA DO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE
TABELA I - CARGOS EM COMISSÃO**

Cargos	Símbolo	Valor da Quota
Diretor	A	1,71
Inspetor Geral	B	1,61
Assessor	B	1,61
Presidente do Conselho dos Auditores Fiscais	B	1,61
Delegado Regional da Receita	C	1,53
Consultor Técnico	C	1,53
Assistente Técnico	C	1,53
Assessor de Resultados	D	1,47
Auxiliar Técnico	D	1,47

**TABELA II
CARGOS EFETIVOS**

Cargo	Classe	Valor da Quota
Auditor Fiscal	AF I	1,37
Auditor Fiscal	AF H	1,30
Auditor Fiscal	AF G	1,24
Auditor Fiscal	AF F	1,18
Auditor Fiscal	AF E	1,11
Auditor Fiscal	AF D	1,05
Auditor Fiscal	AF C	0,81
Auditor Fiscal	AF B	0,76
Auditor Fiscal	AF A	0,70
Auditor Fiscal	AF-4	0,60

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 221/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2002, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003. **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 221/2002
REDAÇÃO FINAL
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as

diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2003, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VIII - disposições transitórias;

IX - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2003.

§ 1º - Devem ter prioridade os programas e obras que já estejam iniciados e não deverá ser consignada dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

§ 2º - Os programas em execução com financiamento externo devem ter prioridade na alocação dos recursos requeridos como contrapartida, merecendo destaque os que apoiem ações voltadas para o combate à pobreza, a geração de trabalho e renda, avanços na educação e na saúde, saneamento ambiental, atração de novos investimentos, agroindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta para o exercício de 2003, estão estimadas no valor aproximado de R\$9.974.019.000,00 (nove bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões e dezenove mil reais), a preços de 30 de junho de 2002.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o seu valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGPI-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou de outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2002, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Capítulo III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 6º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público;

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público;

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

d) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

e) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

f) Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

g) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de subfun-

ções, projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 7º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminará a despesas por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos Próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 00 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;
- Fonte 12 - Retorno dos Programas Prosam e Pedu;
- Fonte 23 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 24 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Funsaude;
- Fonte 25 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;
- Fonte 26 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 27 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- Fonte 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;
- Fonte 29 - Taxas de Polícia - Funrespol;
- Fonte 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
- Fonte 32 - Taxa Ambiental;
- Fonte 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 41 - Retorno de Programas Especiais - FDU.
Convênios do Tesouro - Código 09 - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais;
 - Fonte 33 - Convênios com o Exterior.
- Operações de Crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:
- Fonte 14 - Operação de Crédito Interna Não Vinculada;
 - Fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada;
 - Fonte 21 - Operação de Crédito Externa Vinculada - BID V;

Fonte 30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Prosam/BIRD;

Fonte 36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Proem/BID;

Fonte 37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;

Fonte 40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 42 - Outras Operações de Crédito Externas Vinculadas;

Fonte 44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Solidarietà.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 16: cota-parte do Salário Educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de Outras Fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 50 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 51 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 52 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 53 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;
- Fonte 54 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
- Fonte 55 - Transferências da União - SUS;
- Fonte 56 - Reposição Florestal - Serflor;
- Fonte 70 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 83 - Convênios com o Exterior;
- Fonte 84 - Outros Convênios;
- Fonte 92 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

Despesas Correntes

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida

Art. 9º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá sua despesas totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2003 à Assembléia Legislativa.

Art. 11 - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo o grupo de fontes dos recursos.

Parágrafo Único - As obras previstas no *caput* deste artigo deverão estar identificadas da seguinte forma: Nova (N), em Andamento (A), ou Paralisada (P).

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo os grupos de fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Capítulo IV

Das Diretrizes Orçamentárias para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 13 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2003 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da

gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo 1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, contendo dados e informações descritas no artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como, mensalmente a arrecadação total do mês anterior do ICMS, incluindo a parcela dos municípios.

Art. 14 - Todas as despesas com publicidade e propaganda deverão ser destacadas na classificação funcional de cada órgão, obedecido o disposto da Portaria 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2002 e estimativa para 2003, com indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores e empregados deverão constar como "Outras Despesas de Pessoal", obedecendo o que dispõe o artigo 72 da Lei Complementar Federal nº 101/2000".

Art. 16 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repas-

sados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 17 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, após excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo.....até 5,0%
- Poder Judiciário.....até 8,5%
- Ministério Público.....até 3,6%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de até 1,90%.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 10 de setembro de 2002, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2002.

Art. 21 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 22 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08 de março de 2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 23 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de durações continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 24 - As receitas dos Órgãos e entidades direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida precatórios judiciais, contrapartidas ou financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no caput deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal conterá projeto/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu orçamento de Investimento.

Art. 27 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 29 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no projeto de lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura e créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao executivo, até o dia 20 de julho de 2002, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2002, a serem incluídos no orçamento de 2003, especificando:

- . número da ação originária;
- . número do precatório;
- . tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- . enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- . data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- . nome do beneficiário;
- . valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2002, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- . Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 30 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2003 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos os Poderes legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no art. 15 desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que institui o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de imposto, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2003 a 10,75% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de

Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 34 desta lei.

Art. 31 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo, consoante projeto de lei que se encontra em análise na Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 32 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizados no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 34 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35 - O Saldo Financeiro verificado em 31.12.2003, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2004.

Art. 36 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Capítulo V

Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária

Art. 37 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2002, em especial:

- I - as modificações na legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, dever-se-á observar o disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2002.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 38 - No exercício financeiro de 2003, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) das Receitas Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - As despesas com pessoal e encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º - O Estado poderá conceder reposição salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no item I, Parágrafo Único, do artigo 22 da referida Lei.

Ar. 39 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo VII

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 40 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 41 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2003, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Capítulo VIII

Disposições Transitórias

Art. 42 - O Projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício de 2003, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovada até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo IX

Demais Disposições

Art. 43 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 44 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no Art. 5º desta lei.

Art. 45 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no Art. Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 46 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 47 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 48 - A Lei de Orçamento Anual de 2003, criará programa de apoio às Sociedades Indígenas Paranaenses.

Art. 49 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária e o 1º período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura, convocando os senhores deputados para o dia 1º de agosto, às quatorze horas e trinta minutos, para instalação do 2º período de Sessões Ordi-

nárias, ressalvada a convocação de Sessões Extraordinárias.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 67/2002

constituir, comissão de sindicância integrada pelos procuradores PEDRO ALVARES DOS SANTOS, JOGUIBE MANSUR e o funcionário ANTONIO CARLOS GULBINO, para sob a presidência do primeiro, levantar os fatos contidos no presente protocolo.

(Prot. nº 6193/2002)

PORTARIA Nº 68/2002

colocar, à disposição do Tribunal de Contas, a servidora deste Poder Legislativo, NEUSA MIRIAN LANG POHL, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula nº 40481, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2002.

(Prot. nº 5576/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.07.2002.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral